



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 1.707-A, DE 2003**

**(Do Sr. Lincoln Portela)**

Dispõe sobre a criação da "Carteira Especial Trabalho-Escola"; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição (relator: DEP. LUIZ ANTONIO FLEURY).

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **S U M Á R I O**

I – Projeto inicial

II – Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- parecer vencedor
- parecer da Comissão
- voto em separado

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de criar a Carteira Especial Trabalho-Escola no âmbito do contrato de aprendizagem de que trata o art. 428 da CLT.

Art. 2º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 431-A:

“Art. 431. A – O contrato de aprendizagem de que trata o art. 428 será anotado na Carteira Especial Trabalho-Escola na qual constarão as seguintes informações:

I – as anotações previstas nos arts. 29, 30, 31 e 32;

I – o nome da instituição em que for matriculado o aprendiz e do curso de qualificação profissional fornecido, a carga horária, as disciplinas e as menções recebidas pelo aluno, conforme o previsto nos arts. 428, 429 e 430;

III – a avaliação de desempenho e o histórico escolar dos cursos de ensino fundamental e médio;

IV – a averbação dos demais cursos profissionalizantes, a requerimento do trabalhador, mediante comprovação.

§ 1º O documento de que trata o *caput* deste artigo será emitido com as características da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, acrescidos espaços necessários às anotações previstas nos incisos I a IV e da expressão “Carteira Especial Trabalho-Escola”.

§ 2º O trabalhador-estudante não-aprendiz poderá requerer a CETE em substituição à CTPS.

§ 3º O estágio de que trata a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, poderá ser anotado na CETE a pedido do estagiário.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Hoje, os dados profissionais de qualquer trabalhador são anotados na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), independentemente da natureza do contrato de emprego, seja o vínculo empregatício temporário ou permanente, a tempo parcial, a prazo indeterminado ou determinado etc.

Todavia entendemos que alguns trabalhadores deveriam ter esses dados anotados em um documento diferenciado, a exemplo dos aprendizes, cuja contratação implica prestação de trabalho mesclada com formação técnico-profissional metódica, sendo essa última mais importante nessa relação do que o próprio emprego. Assim, nada mais justo que as informações referentes à aprendizagem, realizada nos serviços sociais autônomos (SENAC, SENAI, SENAT), constem também na sua carteira de trabalho.

Nesse sentido, propomos, com o presente projeto, a criação da Carteira Especial Trabalho-Escola – CETE. Nela constarão o contrato de trabalho, as anotações previstas nos arts. 29, 30, 31 e 32 da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como o nome da instituição em que for matriculado o aprendiz e do curso de qualificação profissional fornecido, as disciplinas e as menções recebidas pelo aluno, conforme o previsto nos artigos consolidados referentes à aprendizagem.

Também serão registradas na CETE as informações sobre a vida escolar do estudante como a avaliação de desempenho e o histórico escolar.

Esse novo documento, a nosso ver, funcionará como estímulo e incentivo à melhoria de desempenho do trabalhador-estudante no trabalho e na escola, além da vantagem de ele portar um único documento que reúna as informações indispensáveis à comprovação de sua qualificação profissional e acadêmica.

Essas são as razões pelas quais pedimos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 2003.

Deputado LINCOLN PORTELA

<b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b>
--

**DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

**TÍTULO II**  
**DAS NORMAS GERAIS DE TUTELA DO TRABALHO**

**CAPÍTULO I**  
**DA IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

.....

**Seção IV**  
**Das Anotações**

Art. 29. A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de quarenta e oito horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.

*\* Art. 29 com redação dada pela Lei nº 7.855, de 24/10/1989.*

§ 1º As anotações concernentes à remuneração devem especificar o salário, qualquer que seja sua forma de pagamento, seja ele em dinheiro ou em utilidades, bem como a estimativa da gorjeta.

*\* § 1º com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967.*

§ 2º As anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social serão feitas:

- a) na data-base;
- b) a qualquer tempo, por solicitação do trabalhador;
- c) no caso de rescisão contratual; ou
- d) necessidade de comprovação perante a Previdência Social.

*\* § 2º com redação dada pela Lei nº 7.855, de 24/10/1989.*

§ 3º A falta de cumprimento pelo empregador do disposto neste artigo acarretará a lavratura do auto de infração, pelo Fiscal do Trabalho, que deverá, de ofício, comunicar a falta de anotação ao órgão competente, para o fim de instaurar o processo de anotação.

*\* § 3º com redação dada pela Lei nº 7.855, de 24/10/1989.*

§ 4º É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de trabalho e previdência social.

*\* § 4º acrescido pela Lei nº 10.270, de 29/08/2001.*

§ 5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo submeterá o empregador ao pagamento de multa prevista no art. 52 deste Capítulo.

*\* § 5º acrescido pela Lei nº 10.270, de 29/08/2001.*

Art. 30. Os acidentes do trabalho serão obrigatoriamente anotados pelo Instituto Nacional de Previdência Social na carteira de acidentado.

*\* Art. 30 com redação dada pelo Decreto-lei nº 926, de 10/10/1989.*

Art. 31. Aos portadores de Carteiras de Trabalho e Previdência Social fica assegurado o direito de as apresentar aos órgãos autorizados, para o fim de ser anotado o que for cabível, não podendo ser recusada a solicitação, nem cobrado emolumento não previsto em lei.

*\* Art. 31 com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967.*

Art. 32. As anotações relativas a alterações no estado civil dos portadores de Carteiras Profissionais serão feitas mediante prova documental. As declarações referentes aos dependentes serão registradas nas fichas respectivas, pelo funcionário encarregado da identificação profissional, a pedido do próprio declarante, que as assinará.

*\* Artigo, caput, com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967.*

Parágrafo único. As Delegacias Regionais e os órgãos autorizados deverão comunicar ao Departamento Nacional de Mão-de-Obra todas as alterações que anotarem nas Carteiras Profissionais.

*\* Parágrafo com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967.*

Art. 33. As anotações nas fichas de declaração e nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social serão feitas seguidamente sem abreviaturas, ressaltando-se no fim de cada assentamento, as emendas, entrelinhas e quaisquer circunstâncias que possam ocasionar dúvidas.

*\* Art. 33 com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967.*

### TÍTULO III DAS NORMAS ESPECIAIS DE TUTELA DO TRABALHO

#### CAPÍTULO IV DA PROTEÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

#### Seção IV **Dos Deveres dos Responsáveis Legais de Menores e dos Empregadores. Da Aprendizagem.**

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao

maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

*\* Artigo, caput, com redação dada pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

*\* § 1º acrescido pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

*\* § 2º acrescido pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos.

*\* § 3º acrescido pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

*\* § 4º acrescido pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

*\* Artigo, caput, com redação dada pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

a) (Revogada pela Lei 10.097, de 19/12/2000).

b) (Revogada pela Lei 10.097, de 19/12/2000).

§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional.

*\* § 1º-A acrescido pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz.

*\* § 1º com redação dada pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:

*\* Artigo, caput, com redação dada pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

I - Escolas Técnicas de Educação;

*\* Inciso I acrescido pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

II - entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

*\* Inciso II acrescido pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

*\* § 1º acrescido pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional.

*\* § 2º acrescido pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo.

*\* § 3º acrescido pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

Art. 431. A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços.

*\* Artigo, caput, com redação dada pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

a) (Revogada pela Lei 10.097, de 19/12/2000).

b) (Revogada pela Lei 10.097, de 19/12/2000).

c) (Revogada pela Lei 10.097, de 19/12/2000).

Parágrafo único. (Vetado)

Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

*\* Artigo, caput, com redação dada pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

*\* § 1º com redação dada pela Lei 10.097, de 19/12/2000.*

§ 2º (Revogado pela Lei 10.097, de 19/12/2000).

## LEI Nº 6.494, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1977

Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As pessoas jurídicas de Direito Privado, os Órgãos de Administração Pública e as Instituições de Ensino podem aceitar, como estagiários, os alunos regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular.

*\* Artigo, caput, com redação dada pela Lei nº 8.859, de 23/03/1994.*

§ 1º Os alunos a que se refere o caput deste artigo devem, comprovadamente, estar freqüentando cursos de nível superior, profissionalizante de 2º grau, ou escolas de educação especial.

*\* § 1º com redação dada pela Lei nº 8.859, de 23/03/1994.*

§ 2º O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário, devendo o aluno estar em condições de realizar o estágio, segundo o disposto na regulamentação da presente Lei.

*\* § 2º com redação dada pela Lei nº 8.859, de 23/03/1994.*

§ 3º Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares.

*\* § 3º com redação dada pela Lei nº 8.859, de 23/03/1994.*

Art. 2º O estágio, independentemente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividades de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social.

Art. 3º A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente, com interveniência obrigatória da instituição de ensino.

§ 1º Os estágios curriculares serão desenvolvidos de acordo com o disposto no § 3º do art. 1º desta Lei.

*\* § 1º com redação dada pela Lei nº 8.859, de 23/03/1994.*

§ 2º Os estágios realizados sob a forma de ação comunitária estão isentos de celebração de termo de compromisso.

Art. 4º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o estudante, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais.

Art. 5º A jornada de atividade em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o horário da parte em que venha a ocorrer o estágio.

Parágrafo único. Nos períodos de férias escolares, a jornada de estágio será estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a parte concedente do estágio, sempre com a interveniência da instituição de ensino.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.



Brasília, em 07 de dezembro de 1977; 156º da Independência e 89º da República.  
 ERNESTO GEISEL  
 Ney Braga

\* Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24/08/2001.

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-41, DE 24 DE AGOSTO DE 2001**

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art 6º O § 1º do art. 1º da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Os alunos a que se refere o caput deste artigo devem, comprovadamente, estar freqüentando cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial." (NR)

## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

### **PARECER VENCEDOR**

#### **I – RELATÓRIO**

Em reunião de 1º de dezembro próximo passado, esta Comissão rejeitou o parecer proferido pelo nobre Deputado Medeiros. Fomos então, nomeados para redigir o Parecer Vencedor.

#### **II - VOTO DO RELATOR**

Cumpre, em primeiro lugar, reafirmar a nobreza e a sensibilidade social dos Deputado Lincoln Portela e do Deputado Medeiros, que demonstram preocupação com a inserção dos jovens no mercado de trabalho. A proposta é meritória, contudo peca em estabelecer distinção indevida.

Nosso mercado de trabalho já está saturado de burocracia. Não se faz necessário instituir uma nova carteira de trabalho apenas para os empregados aprendizes. A atual Carteira de Trabalho e Previdência Social já é requisito para a contratação de aprendizes.

Temos que considerar também que o projeto da carteira eletrônica de trabalho está em fase final de implantação e será o documento único e insubstituível para arquivo e consulta de todo o histórico profissional do trabalhador.

Deste modo, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.707, de 2003.

Sala da Comissão, em 1º de dezembro de 2004.

Deputado Luiz Antonio Fleury

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 1.707/2003, nos termos do Parecer Vencedor do Relator, Deputado Luiz Antonio Fleury.

O parecer do Deputado Medeiros passou a constituir voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tarcisio Zimmermann - Presidente, Dra. Clair, Isaías Silvestre e Luciano Castro - Vice-Presidentes, Cláudio Magrão, Érico Ribeiro, Jovair Arantes, Leonardo Picciani, Luiz Antonio Fleury, Milton Cardias, Paulo Rocha, Vanessa Grazziotin, Vicentinho, Ann Pontes, Ariosto Holanda e Medeiros.

Sala da Comissão, em 1º de dezembro de 2004.

Deputado TARCISIO ZIMMERMANN  
Presidente

### **VOTO EM SEPARADO**

#### **I – RELATÓRIO**

Por meio da proposição em apreço o Nobre Signatário intenta criar a Carteira Especial Trabalho-Escola – CETE, no âmbito do contrato de aprendizagem. Para tanto, acrescenta à Consolidação das Leis do Trabalho um novo artigo, 431-A, que disciplina a nova carteira, a ser fornecida nos moldes da atual Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, permite que estudantes não aprendizes e estagiários façam uso da mesma e elenca as informações indispensáveis para fins de anotação, a saber:

a) a manutenção das anotações previstas nos artigos 29 a 32 da CLT;

b) o nome da instituição em que for matriculado o aprendiz e do curso de qualificação profissional fornecido, a carga horária, as disciplinas e as menções recebidas pelo aluno, conforme o previsto nos arts. 428 a 430 da CLT;

c) a avaliação de desempenho e o histórico escolar dos cursos de ensino fundamental e médio; e

d) a averbação dos demais cursos profissionalizantes, a requerimento do trabalhador, mediante comprovação.

Justificando a iniciativa, o Ilustre Autor ressalta que, existem contratos de trabalho diferenciados “a exemplo dos aprendizes, cuja contratação implica prestação de trabalho mesclada com formação técnico-profissional metódica, sendo essa última mais importante nessa relação do que o próprio emprego”. Desta forma, prossegue, “nada mais justo que as informações referentes à aprendizagem, realizada nos serviços sociais autônomos (SENAC, SENAI, SENAT), constem também na sua carteira de trabalho”.

O Autor afirma ainda que o novo documento funcionará como estímulo e incentivo à melhoria de desempenho do trabalhador-estudante no trabalho e na escola, além de reunir, num único documento, as informações indispensáveis à comprovação de sua qualificação profissional e acadêmica.

Esgotado o prazo regimental, este Órgão técnico não recebeu Emendas ao Projeto.

É o relatório.

## **II - VOTO**

Os jovens trabalhadores, universo que contempla o maior índice de desempregados, merece ser encarado com mais atenção. Iniciativas como a do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego merecem ser aplaudidas e encorajadas. Nesse diapasão caminha o projeto em comento.

A experiência profissional, mesmo que restrita ao universo da aprendizagem e do estágio, precisa ser valorizada. A Carteira Especial Trabalho – Escola busca reportar a vida acadêmica do jovem para demonstrar sua aptidão para o trabalho e para estimulá-lo a obter melhor preparo para a vida profissional.

Nada temos a opor ao projeto. Contudo, percebemos que é necessário alterar o §1º do artigo 428 para adaptá-lo à nova Carteira. Fazemos isso na forma de uma emenda aditiva ao Projeto.

Somos, pois, pela aprovação do PL nº 1.707/2003, com a emenda aditiva anexa.

Sala da Comissão, em 6 de julho de 2004.

Deputado MEDEIROS

### **EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se ao Projeto de Lei o seguinte art. 3º, renumerando-se o atual art. 3º para art. 4º:

"Art. 3º O §1º do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452. de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 428. ....  
.....

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira Especial Trabalho-Escola, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Sala da Comissão, em 6 de julho de 2004.

Deputado Medeiros

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------